



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Viver nas zonas fracamente povoadas: ENTRE O FICAR E O PARTIR, ESTUDO DE CASO NUMA FREGUESIA ALENTEJANA

Ana Maria Romão*

Problematizando o despovoamento

A presente comunicação apresenta resultados parciais de uma investigação^[1] que teve como suporte empírico a freguesia do Vimieiro, no concelho de Arraiolos. À semelhança de outras freguesias da região, o Vimieiro tem conhecido uma evolução demográfica regressiva. Em 1991 tinha 1770 residentes, um pouco menos de metade dos recenseados em 1950, período em que a freguesia em estudo, e a região globalmente, atingem o seu máximo populacional.

O despovoamento dos campos remete-nos para trajectórias de mudança que afectaram, em particular, os espaços incapacitados de realizar a sua reconversão económica. A compreensão do fenómeno não se esgota pois nos princípios teóricos e metodológicos próprios da demografia, antes solicita um enquadramento teórico interdisciplinar, de forma a visionar as variáveis demográficas simultaneamente como determinadas e determinantes de contextos sociais, económicos, políticos e culturais mais amplos.

Neste pressuposto, a abordagem do despovoamento dos campos e das perspectivas que actualmente se desenham para as regiões fracamente povoadas não dispensam um enquadramento teórico centrado nos processos de mudança do espaço social rural.

Perfilha-se a perspectiva segundo a qual as transformações que mais afectaram esses espaços podem ser compreendidas perante a articulação de duas lógicas (Paul Houée: 1989). Uma, de carácter exógeno, filia-se na tese de que o sistema urbano e industrial comanda processos de integração e concentração selectivos, segundo os quais os espaços, as actividades, as forças sociais e culturais são valorizadas, marginalizadas ou desarticuladas consoante o interesse que representam para o sistema modernizador dominante.

Outra, com uma vertente mais endógena, sublinha um conjunto de práticas de resistência, de reestruturação e de renovação das sociedades rurais que impõem variantes à lógica dominante. Dito de outro modo, se a marginalização dos espaços do interior radica na sua subordinação ao modelo urbano e industrial, não é menos verdade que as formas de integração/marginalização de cada parcela territorial se concretizam segundo intensidades e modalidades diferentes, de acordo com as próprias especificidades dos espaços de referência (Afonso de Barros: 1986).

Tratando-se do Alentejo, é bem conhecido o quanto o sistema de latifúndio imprimiu na região contornos claramente contrastantes com as regiões a Norte do Tejo. De tal modo que a ideia de um “dualismo” entre o Norte e o Sul do país foi teorizada por vários autores. Dualismo, desde logo, nas formas de apropriação do solo, mas também nas práticas culturais e nos comportamentos demográficos.

Pensar as particularidades do povoamento alentejano tendo como pano de fundo o sistema de latifúndio leva-nos a conclusões de certa forma paradoxais. O escasso povoamento é um dado que atravessa toda a história da região.

Insistentemente, as elites alentejanas e não só, consideravam que esse factor afectava decisivamente o desenvolvimento agrícola, além de jogar a favor das reivindicações salariais.

De tal forma a escassez de efectivos populacionais era tida como preocupante que, no princípio do século e nos anos trinta (períodos de intensificação da cultura cerealífera), se criaram medidas de colonização dos campos do Alentejo.

Todavia, apesar da escassez de gente, o desemprego sazonal foi, desde cedo, uma realidade com a qual os assalariados agrícolas, em particular os temporários, tiveram que conviver.

Mais, ainda, a permanente ameaça de desemprego só viria a ser atenuada nos anos 60, em consequência das intensas vagas migratórias. No mesmo período são igualmente bem sucedidas

as reivindicações salariais e impõe-se o horário das oito horas de trabalho. [2]

Há assim razões para pensar que a vida das populações rurais conheceu, ao longo dos anos sessenta, alguma melhoria e que o caminho dessas mudanças terá sido preparado pelos movimentos migratórios de saída. Esta hipótese foi, por várias vezes, confirmada através das entrevistas que recolhemos no Vimieiro, das quais escolhemos este excerto: “a altura em que vivemos mais à vontade foi no tempo do Marcelo Caetano. Nesse tempo houve condições para a família se ir governar para outras bandas, foi melhor para os que se aventuraram e foi bom para os que ficaram porque passou a haver mais trabalho” (assalariado agrícola, 74 anos).

Neste sentido, se retém a complexidade do povoamento do Alentejo. O ênfase é sempre colocado no subpovoamento, mas se tivermos em conta que a região não assegurava sequer o emprego regular, poderíamos, talvez com igual legitimidade, falar em sobrepovoamento.

As noções subpovoamento/sobrepovoamento, revelam assim um carácter eminentemente relativo. Como relativas parecem ser também as teses dos limiares críticos de povoamento, ou dos limiares de sociabilidade.

De facto, as análises estatísticas em que se suportam os estudos da evolução das regiões em declínio demográfico facilmente nos induzem a subscrever a tese da irreversibilidade do processo, de tal forma as engrenagens despovoamento, baixa natalidade, envelhecimento, perda de vitalidade económica, etc. estão imbricadas.

E, portanto, daí a pensar que os espaços afectados se transformam em enormes desertos vai um curto passo. Nesta sequência prolifera todo um conjunto de noções como as de desertificação, marginalização, desvitalização, etc. que, na globalidade, enfatizam as desvantagens das regiões do interior e os *handicaps* a que estão sujeitos os seus habitantes.

Como observámos no trabalho realizado, as tendências globais que se desenham para o Alentejo parecem indicar que a região continuará a ser fortemente penalizada.

No plano económico, as actuais directrizes comunitárias são de molde a não encarar a agricultura como

a base do desenvolvimento rural, dadas as perspectivas para o sector. [3] Donde, as linhas de força da política de desenvolvimento rural se apoiam na diversificação das actividades e das funções do espaço rural.

Todavia, é também sabido que a tese da industrialização do meio rural, como forma de reanimação e reconversão desses espaços, vem sendo abandonada, pois “a dinâmica da indústria europeia torna cada vez menos credível a evocação da 'terceira Itália' como exemplo a repetir noutras regiões” (Fernando Baptista: 1993: 89). Efectivamente, a própria Comissão Europeia prevê que os investimentos exógenos nos espaços rurais, nomeadamente em unidades de produção, serão raros e selectivos. Posto isso, a diversificação das economias rurais deverá, mais do que no passado, assentar na valorização do potencial endógeno (Comissão das Comunidades Europeias: 1988).

Ora, a forma como a diversificação das actividades vem sendo realizada no Alentejo parece estar a privilegiar, essencialmente, as actividades ligadas ao lazer (turismo rural, caça e pesca desportiva), o artesanato e a promoção dos produtos de qualidade. Sem querer diminuir a importância dessas actividades, sobretudo se considerarmos que elas podem encontrar ressonância num público consumidor que alia o respeito pela natureza à procura da qualidade e da autenticidade, não deixa de se tratar de apostar em actividades tradicionais, exceptuando a primeira.

O impacto dessas “novas” actividades é ainda difícil de avaliar. Mas, algumas reservas parecem justificar-se. Retirar protagonismo à agricultura, em troca de subsídios às terras em pousio e outras subvenções, supõe o abandono dos critérios de racionalidade económica dominantes, que, no entanto, continuam a vigorar no resto da economia. A agricultura e em larga medida o espaço rural tenderá a afastar-se do “circuito económico, não mais falando a sua linguagem” (Manuel Branco, 1993: 112). Por sua vez, as actividades de lazer, o artesanato e os chamados produtos de qualidade não parecem ser suficientes para garantir as vantagens comparativas que urge encontrar para a região, de forma a acrescentar-lhe competitividade.

O quadro que se desenha não permite de facto grande optimismo. Mas à margem das análises globais, das quais ressaltam imagens de pessimismo, as observações mais localizadas possibilitam outros ângulos de abordagem.

Designadamente, permitem caracterizar eventuais processos de mudança e averiguar se estaremos perante situações que tendencialmente darão continuidade ao despovoamento ou se existem sinais de reestruturação económica e social que venham a atenuar ou até travar o processo de abandono.

De igual forma, através desses estudos localizados, é possível captar como se vive a interioridade, que vantagens e desvantagens lhe são imputadas pelos actores sociais em presença, que projectos se alimentam quanto ao ficar e ao partir. Que expectativas se alimentam face às possibilidades de desenvolvimento da região.

A própria ideia de *handicap*, tantas vezes associada à vida nos espaços fracamente povoados, pode ser problematizada, no sentido de aferir até que ponto é partilhada pela população local. A exploração deste problema remete-nos para a abordagem de um conjunto de questões que, entre outras, passam pelas ligações ao local, preferências residenciais, intenções de ficar ou de partir e sentimentos de privação relativa.

O estudo de caso: breve nota metodológica

O estudo de caso que realizámos no Vimieiro visou explorar as questões acima mencionadas, na tentativa de apreender como se vive a “interioridade”.

Os resultados que aqui se sistematizam foram obtidos através de entrevistas e de um inquérito por questionário, aplicado a uma amostra da população residente na freguesia do Vimieiro. A amostra foi construída com base no método do *roundum roté* ou método dos *itinerários* e permitiu reunir informação sobre um total de 105 agregados familiares (15 % das famílias residentes).

Reestruturação económica?

Na localidade, os tímidos indícios de reestruturação económica advêm, basicamente, das duas actividades que mais recentemente se expandiram: as pedreiras e os tapetes de Arraiolos. De facto, mais de 50% dos trabalhadores da indústria (quadro 1, em anexo) concentram-se naquelas duas actividades.

A recente expansão destas actividades e as suas características não permitem assegurar que estejamos perante um verdadeiro processo de reestruturação. Só para frisar alguns aspectos, o trabalho nas pedreiras que envolve mão-de-obra mais qualificada é, no essencial, feito por profissionais que vêm de fora, sem se fixarem no local. E, à semelhança do que acontece em outras zonas, as mais-valias que dali se retiram são exportadas para fora da região. As populações locais beneficiam, essencialmente, de uma possibilidade de assalariamento extra-agrícola, mais vantajoso monetariamente.

Bordar tapetes de Arraiolos tornou-se uma actividade que rapidamente se generalizou, em cerca de três ou quatro anos. Faz-se em minúsculas e improvisadas unidades produtivas, ou ao domicílio, nele participando mãe e filha ou vizinhas. Em qualquer dos casos, as tapeteiras são pagas à peça, cerca de 20 contos o metro quadrado, oscilando este valor em função do desenho de pormenor. Este tipo de “indústria domiciliária” dirigido às mulheres parecia-nos traduzir uma melhoria do seu estatuto social, já que, como se sabe, sempre foram o grupo social mais afectado pelo desemprego. Mas essa ideia foi sendo relativizada. Vários inconvenientes contribuem para a sua desvalorização: monotonia dos gestos incessantemente repetidos, escassa remuneração, precariedade, ausência de toda e qualquer regalia social. Acresce ainda que o tipo de organização do trabalho em presença retira às mulheres qualquer poder reivindicativo.

Assim, se por um lado o surgimento desta actividade pode ser enquadrado no âmbito de soluções de animação económica local, por outro, as mulheres que a ela aderiram encaram-na como uma estratégia de recurso, fazendo-a jogar com as tarefas domésticas e com períodos de assalariamento na agricultura, cujas possibilidades são, na realidade, cada vez mais reduzidas.

O trabalho das tapeteiras do Vimieiro parece ter alguma similaridade com as experiências da indústria ao domicílio que Mingione (1994) tem descrito a propósito da Itália. Tais situações “permitem manter baixos os custos do trabalho, mas as condições de acumulação do capital e sua expansão são também limitadas, comprometendo assim o seu impacto social” (Mingione: 1994, 36).

Apesar das reservas apontadas, tanto as pedreiras como os tapetes estão a desempenhar na freguesia um importante papel, contribuindo designadamente para amortecer os efeitos da crise agrícola, substancialmente agravada pelos sucessivos anos de seca.

Viver a interioridade: vantagens e desvantagens

Na maior parte dos casos, a população manifesta fortes laços de ligação ao local onde vive (quadro 1) e não se mostra particularmente disposta a trocar aquele por outro quadro de vida, como se verá através do índice propensão para partir.

Quadro 1. Ligações ao local

Ligação ao	Total		Idades					
	H/M		19 - 39	40-59	60+			
Local	V.a	%	V.a	%	V.a	%	V.a	%

Gosta muito	67	63,8	10	35,7	25	64,1	32	84,2
Assim assim	22	21,0	10	35,7	7	17,9	5	13,2
Indiferente	3	2,9	1	3,57	1	2,56	1	2,6
Não gosta	13	12,4	7	25	6	15,4	-	-
Total	105	100,0	28	100	39	100	38	100

Fonte: inquérito aos agregados familiares

Quando equacionam a possibilidade de mudar o seu local de residência, as preferências vão essencialmente para pequenas cidades, as sedes concelhias ou distritais. As grandes cidades exercem efectivamente um reduzido poder de atracção.

Quadro 2. Preferências residenciais

Preferência residencial	Idades							
	Total		20 - 39		40 - 59		60+	
	v.a	%	v.a	%	v.a	%	v.a	%
Na freguesia	61	58,1	13	46,4	21	53,8	27	71,1
Pequena cidade	33	31,4	11	39,3	16	41,0	6	15,8
Grande cidade	11	10,5	4	14,3	2	5,1	5	13,2
Total	105	100,0	28	100	39	100	38	100,0

Fonte: inquérito aos agregados familiares

A propensão para partir não apresenta índices elevados. Seja porque a vivência do espaço e das redes sociais é demasiado forte para serem abandonados, seja porque os ideais foram concretizados, tendo ou não passado pela experiência emigratória, seja ainda porque os eventuais candidatos à partida não julgam dispor dos capitais (escolares, profissionais, idade) necessários para empreender o projecto.

Quadro 3. Propensão para partir

Propensão para partir	Idades										Sexo			
	Total		<20		20-39		40-59		60+		H		M	
	V.a	%	V.a	%	V.a	%	V.a	%	V.a	%	V.a	%	V.a	%
Forte	12	11,4	2	100,0	7	26,9	3	7,7	-		3	5,56	9	17,6
Média	14	13,3			5	19,2	9	23,1	-		5	9,26	9	17,6
Fraca	13	12,4			6	23,1	5	12,8	2	5,3	7	13	6	11,8
Nula	66	62,9			8	30,8	22	56,4	36	94,7	39	72,2	27	52,9
Total	105	100,0	2	100,0	26	100,0	39	100,0	38	100,0	54	100	51	100

Fonte: inquérito aos agregados familiares

Quando à posição das diferentes categorias sociais relativamente a cada uma das questões mencionadas, a principal clivagem reside no factor idade. São os mais jovens que se sentem menos ligados à terra onde vivem e são também eles que mais facilmente darão continuidade aos trajectos migratórios, na ausência de projectos que os mobilizem para permanecer.

Apesar de tudo, não constituem excepção testemunhos como o de um jovem pastor que, interrogado sobre a sua disponibilidade para empreender uma experiência emigratória, se limitou a responder: "sou pastor e gosto de ser pastor, o que é que eu havia de ir fazer para uma cidade"? No que diz respeito às imagens da vida no Vimieiro, com as quais confrontámos os inquiridos, há um consenso alargado em torno de duas ideias: "é uma vida de trabalho e mais nada"; "os jovens não querem aqui viver" (quadro 4).

Estas duas imagens, apesar da carga da apreciação negativa que contêm, não são impeditivas da existência de uma satisfação relativamente elevada face à vida que, apesar de tudo, tem sido possível.

Quadro 4. Imagens da vida no Vimieiro

Vida no Vimieiro	Concorda	Não concorda	Não sabe
Aqui temos boas condições de vida	44	55	6
As pessoas ajudam-se umas às outras	41	61	3
Estamos muito isolados do mundo	37	55	13
Os jovens não querem aqui viver	95	4	6
É uma vida de trabalho e mais nada	89	14	2

Fonte: inquérito aos agregados familiares

De facto, a avaliação que os actores sociais fazem da sua trajectória social revela sentimentos de recompensa relativamente fortes, o que em larga medida se explica por níveis de aspiração bastante baixos.

Quadro 6. Sentimentos de recompensa

Sentimentos de recompensa	
Forte	67%
Médio	15%
Fraco	11%
Nulo	8%

Fonte: inquérito aos agregados familiares

O desenvolvimento da região: que expectativas?

Quando passamos deste nível de análise muito micro, porque referido à família, ao espaço e sociabilidades circundantes, para a região as apreciações alteram-se substancialmente. Não se auguram boas perspectivas e poucos estão confiantes nas possibilidades de desenvolvimento da região, apenas 15% dos inquiridos considera que a região tem grandes possibilidades de desenvolvimento.

Quanto aos factores considerados como os mais importantes na promoção do desenvolvimento regional, a actuação do poder central constitui a primeira escolha de 40% dos inquiridos e, em segundo lugar surge a acção das autarquias. Note-se que apenas 7,6% dos indivíduos colocam as ajudas comunitárias entre os factores mais importantes para o desenvolvimento da região. E, apenas 2,9% dos inquiridos atribui à acção dos proprietários um papel de primeira linha nesta matéria.

No que diz respeito aos investimentos prioritários para promover o desenvolvimento da região, a grande maioria (77,1%) considera que estes deverão ser canalizados para a criação de emprego (quadro 8).

Para 15% a melhoria dos serviços de saúde lidera a lista das prioridades, o que é compreensível se tivermos em conta a insuficiência dos serviços prestados e as características etárias da população visada.

Quadro 7. Factores de desenvolvimento, segundo a sua importância

	1ª escolha		2ª escolha		Menos importante	
	v.a	%	v.a	%	v.a	%
Ajudas da CE	8	7,6	12	11,4	58	55,2
Ajudas do Governo	42	40,0	22	21,0	1	1,0
Trabalho dos residentes	11	10,5	11	10,5	9	8,6
Accção dos empresários	15	14,3	15	14,3	2	1,9
Accção dos proprietários	3	2,9	11	10,5	8	7,6
Actuação dos municípios	17	16,2	23	21,9	9	8,6
Sem resposta	9	8,6	11	10,5	18	17,1

Total	105	100,0	105	100,0	105	100,0
-------	-----	-------	-----	-------	-----	-------

Fonte: inquérito aos agregados familiares

Mas, tendo em conta o envelhecimento da população, não deixa de ser curioso que apenas dois indivíduos tenham situado as pensões e reformas entre os investimentos mais necessários. Neste sentido, e atendendo a outros aspectos do questionário que visavam captar a atitude face à política de “subsídios”, a população inquirida não parece assumir o perfil de “*clientes do Welfare State*” que, por exemplo, Pugliese (1984) encontra em alguns sectores dos assalariados agrícolas da Itália, para os quais a assistência do Estado tende a ser o núcleo aglutinador das expectativas.

Quadro 8. A prioridade dos investimentos

	1ª escolha		2ª escolha		Menos importante	
	v.a	%	v.a	%	v.a	%
Criar empregos	81	77,1	12	11,4	-	-
Serviços de Saúde	16	15,2	45	42,9	-	-
Educação/formação profissional	-	-	11	10,5	2	1,9
Habitação	1	1,0	1	1,0	3	2,9
Pensões/reformas	2	1,9	8	7,6	1	1,0
Apoio às empresas	1	1,0	5	4,8	2	1,9
Apoio à agricultura	2	1,9	21	20,0	3	2,9
Estradas/transportes	2	1,9	1	1,0	22	21,0
Desenvolver o turismo	-	-	1	1,0	72	68,6
Total	105	100,0	105	100,0	105	100,0

Fonte: inquérito aos agregados familiares

O investimento na educação/formação não constitui prioridade para nenhum dos inquiridos, surge apenas mencionado nas segundas escolhas e, ainda assim, por um número reduzido de indivíduos. O reduzido capital escolar dos inquiridos poderá, de certa forma, contribuir para limitar a importância dada a essa área.

Por fim, uma última nota para a questão do turismo rural, dada a importância que o tema vem adquirindo. Embora o Vimieiro não escape ao recente fenómeno da “colonização neo-rural”, nomeadamente através do aumento de residências secundárias destinadas ao lazer dos cidadãos, o desenvolvimento do turismo não constitui uma prioridade para os inquiridos, sendo mesmo o aspecto que 67 % considera como menos importante.

Conclusão

Os dados não asseguram que o Vimieiro esteja a passar por um verdadeiro processo de reestruturação económica e social que permita inverter a tendência do despovoamento. Mas também seria apressado perfilar a tese de que ali se vive de forma adiada, até que surja o emprego na cidade. O que se encontra são nítidos sinais de que as famílias elaboram as suas estratégias de resistência, deitando mãos ao que há para fazer: os que vivem basicamente da agricultura, quando o trabalho abranda fazem carvão, as mulheres bordam tapetes e mesmo entre os reformados poucos são os que não mantêm qualquer actividade económica, embora o façam de forma temporária: ora cultivando pequenas parcelas em regime de cedência ou de parceria, ora como pastores ou vaqueiros. Os problemas mais prementes colocam-se, naturalmente, em relação aos jovens. Para estes, o trabalho agrícola, além de escasso, não corresponde às suas expectativas e as alternativas não abundam. De facto, na ausência de projectos que os mobilizem, serão os jovens a dar continuidade aos tradicionais fluxos migratórios debilitando, ainda mais, o equilíbrio das estruturas etárias. Quanto aos caminhos que se desenham para o desenvolvimento da região, a população local evidencia forte cepticismo. A expansão das terras incultas ou a sua transformação em reservas cinegéticas não são apenas vistas como ameaças aos postos de trabalho — o que já seria motivo de preocupação suficiente. São também a imagem mais viva de que “o Alentejo está a morrer”, seguramente a frase mais repetida ao longo das várias entrevistas e conversas informais que mantivemos com os residentes. A ideia de *handicap* que procurámos discutir neste trabalho e relativamente à qual evidenciámos

reservas, parece-nos agora encontrar legitimação a este nível. Isto é, não será adequada a traduzir o sentimento dos indivíduos quanto à sua existência, mas poderá revelar-se pertinente para descrever as imagens acerca do futuro da região.

Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, Fernando (1993), *Agricultura, espaço e sociedade rural*, Coimbra, Edições Fora do Texto
- BARROS, Afonso de (1986), *Do latifundismo à reforma agrária — o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, C.E.E.A, Fundação Gulbenkian
- BRANCO, Manuel (1993), “Para que serve o desenvolvimento rural. Uma análise das novas estratégias”, *Economia e Sociologia*, nº 55, pp. 101-116
- COMMISSION DES COMMUNAUTES EUROPEENNES (1988), *L'avenir du monde rural*. Tradução publicada pela Sociedade portuguesa de Estudos Rurais (SPAR), boletim nº 5
- HOUÉE, Paul (1989), *Les politiques de développement rural. Des années de croissance au temps d'incertitude*, Paris, Economica
- MINGIONE, Enzo (1994), “Life strategies and social economies in the postfordist age”, *International journal of urban and regional research*, vol. 19 (1), pp. 24-44
- PUGLIESE, Enrico (1984), *I Brraccianti agricoli in Italia. Tra mercato del lavoro e assistenza*, Milano, Franco Angeli
- ROMÃO, Ana M. (1995), *Espaços e contextos do despovoamento alentejano. O caso do Vimieiro*, tese de mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (mimeografado)

ANEXO

Quadro1. Grupos socioprofissionais da população do Vimieiro, por sexo e idade

Grupos	Sexo					Idades				
	H	% col.	M	% col.	H/M	% col.	<20	20-39	40-59	60+
Profissionais										
1. Técnicos superiores	1	1,1	1	1,6	2	1,3	-	2	-	-
2. Quadros dirigentes	1	1,1	-	-	1	0,7	-	-	1	-
3. Pessoal administrativo	6	6,6	2	3,2	8	5,2	-	8	-	-
4. Pessoal do comércio	10	11,0	8	12,9	18	11,8	-	10	5	3
5. Pessoal dos serviços	10	11,0	16	25,8	26	17,0	-	16	9	1
6.1 Agricultores	15	16,5	4	6,5	19	12,4	1	2	12	4
6.2 Trabalhadores agrícolas	24	26,4	7	11,3	31	20,3	1	3	14	13
7. Trabalhadores da indústria	24	26,4	24	38,7	48	31,4	6	22	13	7
Total	91	100,0	62	100,0	153	100,0	8	63	54	28

Fonte: inquérito aos agregados familiares

*
- Universidade do Algarve

[1] Romão, Ana M. (1995) *Espaços e Contextos do despovoamento alentejano. O caso do Vimieiro*, tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

[2] Assinale-se que a abertura da emigração europeia passou a oferecer uma alternativa mais vantajosa aos tradicionais ranchos migratórios vindos das zonas da agricultura familiar para o Alentejo nos períodos de maior intensidade do trabalho agrícola. O cessar destes movimentos reverteu a favor dos assalariados alentejanos, crescendo a sua força no terreno das reivindicações.

[3] A confirmarem-se as previsões, no final do século a Comunidade terá um excedente de terras agrícolas que se situará entre os 6 e 16 milhões de hectares (Comissão das Comunidades Europeias, 1988).